



## Relatório da Administração

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e do segundo semestre de 2011, do Banco Rendimento S.A. e BBN - Banco Brasileiro de Negócios S.A. (antigo Concordeiro Banco S.A.).

### Cenário Mundial

O segundo semestre de 2011 foi marcado por um baixo crescimento mundial e aversão ao risco dado ao aprofundamento da crise fiscal e financeira da Zona do Euro. Em dezembro o Banco Central Europeu concedeu aos bancos uma linha ilimitada de recursos no custo de 1% a.a. por três anos, sob uma ampla lista de ativos elegíveis como margem, representou um divisor de águas na evolução da crise europeia. Com a medida, os bancos europeus anteciparam boa parte de suas necessidades de recapitalização para este ano, o que diminuiu os riscos no sistema financeiro. A utilização da nova linha atingiu níveis expressivos, refletindo a dificuldade que os bancos europeus (principalmente italianos e espanhóis) estão tendo em se financiar nos mercados privados de dívida. Ainda assim, o rendimento médio dos títulos soberanos dos países da Zona do Euro permaneceu elevado no final de 2011.

No cenário doméstico, os sinais de desaceleração da atividade econômica intensificaram no terceiro trimestre. O setor industrial apresentou estagnação e as perspectivas estavam negativas. O Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de afrouxamento das condições monetárias, reduzindo a taxa Selic em 1,5% p.p. e revertendo parcialmente as medidas macro prudenciais. Por outro lado, o mercado de trabalho permaneceu aquecido, exibindo uma taxa de desemprego no mínimo histórico. A economia começou a mostrar sinais de recuperação nos meses de novembro e dezembro. Parte desse melhor desempenho é resultado das medidas tributárias de estímulo adotadas pelo governo para setores específicos, que aumentaram a confiança dos empresários e consumidores e estimularam a produção e a demanda no final do ano.

No que se refere às contas externas, o resultado das transações do Brasil com o exterior ficou negativo em US\$ 52.612 bilhões em 2011, esse resultado foi o maior da história e equivale a 2,12% do PIB. Esse déficit nas contas correntes foi totalmente coberto pelos ingressos de investimentos estrangeiro direto (IED) que bateram recorde em 2011 e alcançaram o valor de US\$ 66.066 bilhões. A balança comercial fechou com superávit de US\$ 29.79 bilhões, as exportações totalizaram US\$ 256 bilhões e as importações US\$ 226,24 bilhões. As remessas de lucros e dividendos ao exterior somaram US\$ 38,16 bilhões e ficou acima do esperado em 2011 e o déficit em viagens internacionais alcançou US\$ 14,459 bilhões novo recorde histórico, sendo 37,7% maior do que o observado em 2010 que ficou em US\$ 10,5 bilhões.

Para 2012, com a reversão de várias médias de contenção de crédito, as desconexões fiscais já concedidas para estimular alguns setores específicos da economia, a expectativa de maior crescimento dos gastos do governo e o aumento nominal de 14% no salário mínimo devem estimular um crescimento da economia brasileira em torno de 3% - 3,5%, acima do que esperamos ter sido o crescimento de 2011 entre 2,8% - 2,9%. Projetamos um IPCA de 5,2% em 2012, bem abaixo de 6,5% que foi em 2011 no teto da meta da inflação. A nova ponderação do IPCA e a menor inflação nos preços administrados devem ser determinantes para este resultado mais benigno. Acreditamos na continuidade do ciclo em queda de juros nos próximos meses e a taxa Selic para o final do ano em 9,5%. Nas contas externas, a projeção é de um ingresso de US\$ 55 bilhões em investimentos diretos enquanto o déficit em conta corrente é de US\$ 68 bilhões e o saldo positivo da balança comercial em US\$ 19 bilhões.

Nos EUA, os indicadores macroeconômicos surpreenderam positivamente nos últimos meses, ratificando um cenário de crescimento moderado e afastando um risco de recessão no curto prazo. Por outro lado, apesar da melhora econômica ao longo do segundo semestre, o FED continua preocupado com o nível da taxa de desemprego que continuou mostrando sinais de fraqueza. Acreditamos que a economia americana terá em 2012 um crescimento moderado, com baixa inflação e uma política monetária extremamente acomodada.

### Histórico

O Banco Rendimento S.A. Banco Comercial com carteira de câmbio, crédito, financiamento, repasses, BNDES, CDC, investimentos e operações estruturadas integra o Conglomerado Rendimento que compreende, ainda, as instituições financeiras BBN - Banco Brasileiro de Negócios, Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM. O Banco Rendimento e empresas do grupo têm a missão e finalidade de liderar o mercado de câmbio negociado em espécie, e o segmento de pequenas e médias empresas com produtos e serviços inovadores e criativos, prestando um atendimento diferenciado e com qualidade para superar sempre as expectativas de nossos clientes.

### Desempenho Econômico

O Banco Rendimento encerrou o exercício de 2011, com resultado líquido de R\$ 36,0 milhões, bem acima do exercício anterior que alcançou o valor de R\$ 23,7 milhões, representando um crescimento de 52,1%. Como se pode observar no quadro a seguir, todos os cenários foram favoráveis, a exemplo das receitas operacionais que alcançaram 95,0%. Paralelamente, as despesas também subiram, porém em níveis menores, alcançando um crescimento de 89,9%.

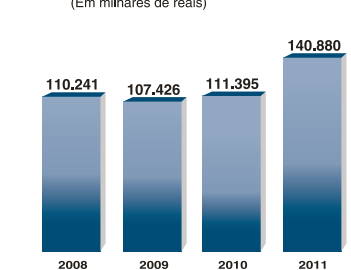
As operações de crédito alcançaram o montante de R\$ 423,8 milhões no final do exercício de 2011, contra 354,5 milhões do final do exercício de 2010, significando um crescimento de 19,5%. Comportamento bastante considerado favorável no atual cenário tiveram as rendas de prestação de serviços que foram incrementadas em 95,0%. O elevado incremento na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de 86,6% deveu-se basicamente às baixas para prejuízo no exercício de 2010, somado ao crescimento da carteira em 2011.

Todos os indicadores favoráveis são resultado de uma gestão adequada e eficiente, comprometida com a melhoria dos nossos controles internos e políticas institucionais, conjugada com o crescimento econômico nacional.

	Receitas	Despesas	Resultado Operacional	PDD	Rendas de Serviço	Operações de Crédito
Exercício 2011	246.337	96.820	60.904	12.941	33.048	423.802
Exercício 2010	126.307	50.964	33.688	6.933	27.039	354.549
% Variação	95,0%	89,9%	80,8%	86,6%	22,2%	19,5%

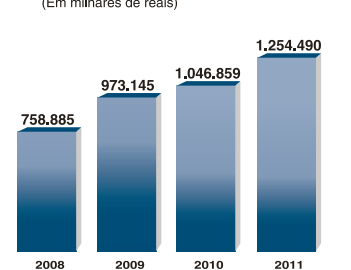
### Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)



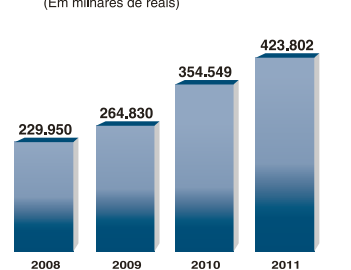
### Ativos Totais

(Em milhares de reais)



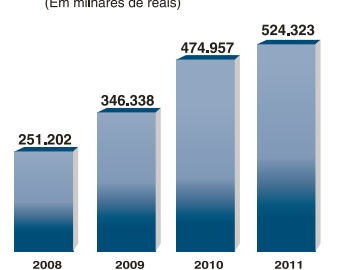
### Operações de Crédito

(Em milhares de reais)



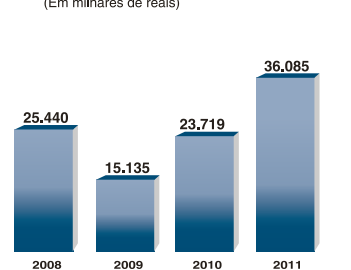
### Captações

(Em milhares de reais)



### Lucro Líquido

(Em milhares de reais)



## Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2011	2010	PASSIVO	Notas	2011	2010
<b>Circulante</b> .....		<b>1.099.612</b>	<b>911.091</b>	<b>Circulante</b> .....		<b>804.175</b>	<b>596.161</b>
Disponibilidades.....	5	200.321	176.052	Depósitos.....	13	269.177	192.371
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	251.190	189.534	Depósitos de vista.....		47.291	33.150
Aplicações no mercado aberto.....		212.282	157.401	Depósitos interfinanceiros.....		52.930	24.508
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		16.956	23.210	Depósitos a prazo.....		153.772	123.433
Aplicações em moedas estrangeiras.....		21.952	8.923	Depósitos em moeda estrangeira.....		15.184	11.280
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	7	<b>50.207</b>	<b>47.345</b>	<b>Captações no mercado aberto</b> .....	15	<b>9.004</b>	<b>15.629</b>
Carteira própria.....		15.253	13.659	Carteira própria.....		9.004	1.390
Vinculados a operações compromissadas.....		9.012	1.632	Carteira terceiros.....		-	13.999
Vinculados a prestação de garantias.....		25.942	32.054	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b> .....	14	<b>12.406</b>	<b>9.621</b>
<b>Relações interfinanceiras</b> .....		<b>4.182</b>	<b>646</b>	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCA.....		12.406	9.621
Créditos vinculados ao Bacen - encaixe obrigatório.....		1.271	598	<b>Relações interdependências</b> .....		<b>6.914</b>	<b>14.918</b>
Relações com correspondentes.....		2.911	48	Recursos em trânsito de terceiros.....		6.914	14.918
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>355.316</b>	<b>289.366</b>	<b>Obrigações por empréstimos</b> .....	14	<b>86.186</b>	<b>62.079</b>
Sector privado.....				Emprestimos no exterior.....		51.028	34.643
Empréstimos a títulos descontados.....		327.749	236.052	Repasses no país - Instituição oficial.....		35.159	27.436
Financiamentos.....		39.055	58.837	<b>Outras obrigações</b> .....	10	<b>420.488</b>	<b>301.543</b>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(11.488)	(5.523)	Cobrança e arcação de tributos e assemelhados.....		737	564
<b>Outros créditos</b> .....		<b>238.325</b>	<b>208.064</b>	Carteira de câmbio.....	10	157.204	156.980
Carteira de câmbio.....	10	190.627	151.484	Sociais e estatutárias.....		-	2.000
Negociação e intermediação de valores.....		-	105	Fiscais e previdenciárias.....	16a	32.161	3.389
Diversos.....	11	48.036	56.829	Negociação e intermediação de valores.....		93	11
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(338)	(354)	Diversas.....	16b	230.293	138.599
<b>Outros valores e bens</b> .....		<b>71</b>	<b>84</b>	<b>Exigível a longo prazo</b> .....		<b>308.667</b>	<b>338.721</b>
Realizável a longo prazo.....		105.724	84.011	Depósitos.....	13	255.146	282.586
<b>Operações de crédito</b> .....	9	<b>68.486</b>	<b>65.183</b>	Depósitos a prazo.....		255.146	282.586
Sector privado.....				<b>Obrigações por empréstimos</b> .....	14	<b>30.144</b>	<b>42.635</b>
Empréstimos e títulos descontados.....		38.256	23.553	Repasses no país - Instituição oficial.....		30.144	42.635
Financiamentos.....		31.344	42.686	<b>Outras obrigações</b> .....		<b>23.377</b>	<b>13.500</b>
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(1.114)	(1.056)	Fiscais e previdenciárias.....	16a	21.877	12.284
<b>Outros créditos</b> .....		<b>37.238</b>	<b>18.828</b>	Diversas.....	16b	1.500	1.216
Diversos.....	11	37.270	18.828	<b>Resultados de exercícios futuros</b> .....		<b>768</b>	<b>582</b>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(32)	(32)	<b>Patrimônio líquido</b> .....	19	<b>140.880</b>	<b>111.395</b>
<b>Permanente</b> .....		<b>49.154</b>	<b>51.757</b>	De domiciliação no país.....		<b>85.316</b>	<b>85.316</b>
<b>Investimentos</b> .....	12	<b>37.915</b>	<b>45.923</b>	Aumento de capital.....		65.316	64.672
<b>Imobilizado de uso</b> .....		<b>8.028</b>	<b>2.826</b>	-		-	644
Imóveis de uso.....		1.855	1.855	<b>Reserva de lucros</b> .....		<b>55.564</b>	<b>26.079</b>
Outras imobilizações de uso.....		10.989	4.933				
(Depreciações acumuladas).....		(4.826)	(3.972)				
<b>Diferido</b> .....		<b>984</b>	<b>1.519</b>				
Gastos de organização e expansão.....		4.011	4.011				
(Amortização acumulada).....		(3.027)	(2.492)				
<b>Intangível</b> .....		<b>2.227</b>	<b>1.489</b>				
Ativos intangíveis - outros.....		2.996	1.792				
(Amortização acumulada).....		(769)	(303)				
<b>Total do ativo</b> .....		<b>1.254.490</b>	<b>1.046.859</b>	<b>Total do passivo</b> .....		<b>1.254.490</b>	<b>1.046.859</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital		Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados		Total
	Realizado	Aumento de Capital	Legal	Outras	Legal	Outras	Acumulados		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b> .....	<b>84.672</b>	-	<b>644</b>	-	<b>2.104</b>	<b>11.111</b>	<b>8.995</b>	<b>107.426</b>	<b>23.719</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	23.719	23.719	-
Aumento de capital.....	-	644	(644)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	1.186	-	(1.186)	-	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	-	-	11.678	(11.678)	-	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	-	-	-	(13.750)	(13.750)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b> .....	<b>84.672</b>	<b>644</b>	-	-	<b>3.290</b>	<b>22.789</b>	-	<b>111.395</b>	<b>36.085</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	36.085	36.085	-
Aumento de capital.....	644	(644)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	1.804	-	(1.804)	-	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	-	-	27.681	(27.681)	-	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b> .....	<b>85.316</b>	-	-	-	<b>5.094</b>	<b>50.470</b>	-	<b>140.880</b>	<b>36.085</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b> .....	<b>85.316</b>	-	-	-	<b>4.163</b>	<b>22.789</b>	<b>13.290</b>	<b>125.558</b>	<b>18.622</b>
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	-	-	18.622	18.622	-
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	931	-	(931)	-	-
Constituição de reserva especial de lucros.....	-	-	-	-	-	27.681	(27.681)	-	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	(3.300)	(3.300)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b> .....	<b>85.316</b>	-	-	-	<b>5.094</b>	<b>50.470</b>	-	<b>140.880</b>	<b>36.085</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

- Contexto operacional**  
O Banco Rendimento S/A (Banco) é um banco comercial com carteira de câmbio, fundado em 1992 e, em conjunto com suas controladas, opera no mercado financeiro atuando principalmente com crédito ao mercado de middle market, operações de câmbio financeiro e cartões de débito pré-pago.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

- Sumário das principais práticas contábeis**
  - Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as despesas de natureza financeira são calculadas com base no método operacional, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.
  - Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.
  - Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos do provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
  - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

### Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é o Departamento responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações dos Bancos. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do "Chief Risk Officer" (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

### Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito adotada pelos Bancos Rendimento e BBN tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

As operações de crédito do Banco Rendimento são destinadas, quase integralmente, às pessoas jurídicas do Middle-Market nacional.

### Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais)

• **Titulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• **Titulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

• **Titulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

• **operações de futuros** - o valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

As operações com instrumentos financeiros derivativos não consideradas como hedge accounting são avaliadas na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

**e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 9.

**f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

**g) Investimentos**  
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

**h) Imobilizado, diferido e intangível**  
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercício com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por melhorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN), serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

**j) Imposto de renda e contribuição social**  
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**k) Operações de câmbio**  
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável).

**l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2011	2010
Disponibilidades	200.321	176.052
Aplicações em operações compromissadas	212.282	157.401
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.656	11.379
Aplicações em moedas estrangeiras	21.952	8.923
<b>4.382.211</b>	<b>353.755</b>	

**5. Disponibilidades**

	2011	2010
Caixa	2.856	2.560
Reserva livre	2.435	158
Disponibilidades em moedas estrangeiras	195.030	173.334
<b>200.321</b>	<b>176.052</b>	

**6. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

**a) Aplicações em operações compromissadas**

	2011	2010
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>		
Posição bancada	212.282	143.402
Letras do tesouro nacional - LTN	113.144	63.400
Notas do tesouro nacional - NTN	10.003	40.000
Letras financeiras do tesouro - LFT	83.135	40.002
Posição financiada:	13.999	-
Letras do tesouro nacional - LTN	-	13.999
<b>212.282</b>	<b>157.401</b>	

**b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

	2011	2010
<b>Certificado de depósito interfinanceiro - CDI</b>		
Não ligada	5.758	11.379
Não ligada - crédito rural	6.527	8.726
Não ligada - Pronaf	1.659	1.604
Não ligada - Subex	1.205	1.501
Não ligada - Pronamp	1.807	-
<b>16.956</b>	<b>23.210</b>	

**Aplicação em moeda estrangeira**

	2011	2010
Aplicação em moeda estrangeira	21.952	8.923
<b>21.952</b>	<b>8.923</b>	

**7. Títulos e valores mobiliários**

**a) Composição por classificação**

	2011		2010	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
<b>Titulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria - livres</b>	<b>15.233</b>	<b>15.253</b>	<b>13.720</b>	<b>13.659</b>
Letras do Tesouro Nacional - LFT	15.233	15.253	13.720	13.659
<b>Vinculados às operações compromissadas</b>	<b>9.001</b>	<b>9.012</b>	<b>1.640</b>	<b>1.632</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.001	9.012	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	1.640	1.632
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>25.909</b>	<b>25.942</b>	<b>32.196</b>	<b>32.054</b>
Letras do Tesouro Nacional - LFT	-	-	32.196	32.054
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.909	25.942	-	-
<b>Total de titulos para negociação</b>	<b>50.143</b>	<b>50.207</b>	<b>47.556</b>	<b>47.345</b>

(i) Valor de custo  
Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado  
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais.

**b) Composição por vencimento**

	2011				Total
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	50.207	50.207
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	47.345	47.345
<b>Total</b>	-	-	-	<b>50.207</b>	<b>50.207</b>

**8. Instrumentos financeiros derivativos**

**a) Instrumentos financeiros derivativos**  
O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e IJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

A efetividade dos instrumentos de "Hedge" é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do "Hedge". Os instrumentos de "Hedge" podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de "Hedge", naquelas em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de "Hedge". A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descausamento de prazo e volume financeiro possível.

**b) Controles de gerenciamento de riscos**  
As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "Hedge". Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão "intraday". Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, e providencia os instrumentos de "Hedge" necessários, de acordo com a política previamente definida pela administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco mercado.

**c) Composição analítica das operações**  
As operações com instrumentos financeiros derivativos estão representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do BACEN, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

**Valores nominais dos contratos**

	2011	2010
<b>Contratos de futuros (i)</b>		
Posição comprada	4.230	4.953
Dólar	4.230	-
D11	-	4.953
<b>Posição vendida</b>	<b>1.974</b>	<b>82.853</b>
Dólar	-	14.226
D11	1.974	68.627

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 1 (R\$ 105 em 2010) e a pagar no valor de R\$ 93 (R\$ 10 em 2010), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na BM&FBOVESPA.

**d) Margem de garantia**  
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2011	2010
Letras do Tesouro Nacional - LTN	86.444	70.308
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	25.942	-
<b>Total</b>	<b>25.942</b>	<b>32.054</b>

**9. Operações de crédito**  
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as operações de crédito estavam assim representadas

	2011	2010
<b>Operações de crédito</b>		
Conta corrente garantida	106.611	109.323
Capital de giro	175.180	107.562
Finame	86.444	70.308
Titulos descontados	29.733	27.288
Financiamento em moeda estrangeira	38.256	28.271
Direitos creditórios adquiridos com cobrança	10.598	2.848
Cheque especial	2.714	1.676
Cédula direta ao consumidor - CDC	3.955	2.944
Comprador	660	901
Confissão de dívida	1.671	-
Recuperação judicial	329	302
Cédula de produtor rural (CPR)	-	9.579
Adiantamento a depositantes	253	26
<b>436.404</b>	<b>361.128</b>	

**Outros créditos**  
Créditos, avais e fianças honradas

	2011	2010
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 10)	30.379	6.366
Importação financiada (nota 10)	139	-
Rendas a receber (nota 10)	984	73
<b>31.502</b>	<b>6.439</b>	

**Total das operações de crédito**

	2011	2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	467.906	367.581
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.579)	(354)
<b>Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(12.972)</b>	<b>(6.933)</b>

**a) Composição da carteira**

	2011	2010
Setor privado:		
Indústria	161.517	102.639
Comércio	27.477	46.442
Outros serviços	257.849	197.809
Intermediação financeira	10.153	12.567
Pessoas físicas	10.910	8.124
<b>Total da carteira por ramo de atividade</b>	<b>467.906</b>	<b>367.581</b>

**b) Composição da carteira por vencimento**

	2011	2010
<b>Vencidas:</b>		
A partir de 15 dias	17.098	8.364
<b>A vencer:</b>		
até 90 dias	203.916	204.987
de 90 a 360 dias	190.922	90.457
acima de 360 dias	56.990	63.853
<b>Total da carteira por vencimento</b>	<b>467.906</b>	<b>367.581</b>

**c) Concentração da carteira**

	2011	%	2010	%
10 maiores devedores	129.279	27,63	106.319	28,92
50 seguintes maiores devedores	199.279	42,60	158.514	43,12
100 seguintes maiores devedores	112.715	24,08	87.331	23,92
Seguintes maiores devedores	26.633	5,69	14.817	4,04
<b>Total da carteira</b>	<b>467.906</b>	<b>100,00</b>	<b>367.581</b>	<b>100,00</b>

**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5	372.195	-	372.195	1.861
B	1,0	59.022	696	59.718	587
C	3,0	5.969	3.463	9.432	263
D	10,0	11.347	3.002	14.349	1.435
E	30,0	1.630	147	1.777	533
F	50,0	134	492	626	312
G	70,0	-	6.229	6.229	4.361
H	100,0	521	3.069	3.590	3.590
<b>Total</b>		<b>450.808</b>	<b>17.098</b>	<b>467.906</b>	<b>12.972</b>

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

**k) Operações de câmbio**  
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável).

**l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2011	2010
Disponibilidades	200.321	176.052
Aplicações em operações compromissadas	212.282	157.401
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.656	11.379
Aplicações em moedas estrangeiras	21.952	8.923
<b>4.382.211</b>	<b>353.755</b>	

**5. Disponibilidades**

	2011	2010
Caixa	2.856	2.560
Reserva livre	2.435	158
Disponibilidades em moedas estrangeiras	195.030	173.334
<b>20</b>		

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(Valores expressos em milhares de reais)

**c) Lucros acumulados**  
 No exercício de 2011, o Banco apurou um lucro contábil de R\$ 36.085. Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devam ser destinados, com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08.

**d) Reserva legal**  
 O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

(ii) **Provisões civis** - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) **Provisões fiscais** - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente representado pelo seguinte processo:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 21.470 e está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias".

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício de 2011, estão a seguir apresentadas:

	Provisão para contingências		
	2011	2010	Total
<b>Saldo no início</b>	<b>1.216</b>	<b>12.284</b>	<b>13.500</b>
Constituições	538	9.583	10.121
Realizações/reversões	(254)	(254)	(189)
<b>Saldo no final</b>	<b>1.500</b>	<b>21.877</b>	<b>23.377</b>

	Depósitos judiciais		
	2011	2010	Total
<b>Saldo no início</b>	<b>716</b>	<b>15.006</b>	<b>15.722</b>
Constituições	82	7.592	7.674
Realizações/reversões	(208)	(208)	(36)
<b>Saldo no final</b>	<b>590</b>	<b>22.628</b>	<b>23.218</b>

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**  
 Em 31 de dezembro de 2011, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 178 processos de natureza cível, fiscal e trabalhistas que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda), R\$ 3.757 e estão representados, substancialmente pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias decorrentes de realização de operações de cartões VTM.

**d) Órgãos reguladores**  
 Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento.

**26. Limites operacionais**  
 O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

Risco de crédito	88.131
Risco de exposição cambial	-
Risco de taxas de juros	15
Risco operacional	24.395
Risco de cupom de moedas	115
Patrimônio de referência exigido	<b>112.656</b>
Patrimônio de referência	<b>161.569</b>
<b>Margem de Patrimônio</b>	<b>47.866</b>

O Índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2011, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.089/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, e Circular nº 3.360/07, é de 15,78% para o Conglomerado Financeiro (2010 - 14,41%).

**27. Gestão de riscos**  
 A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas. A gestão do apetite de risco é centralizada no Comitê de Risco, responsável pela divulgação das políticas gerais e avaliação consolidada dos riscos, que definem os parâmetros básicos a serem seguidos pelas áreas de negócios, os quais são monitorados de forma independente pela área de controle.

**I - Risco de Mercado**

É o risco associado à probabilidade de que a variação no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O processo de controle de risco começa com a definição dos limites, aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos, responsável pela gestão do risco de mercado, com base no apetite de risco, e na capacidade financeira de cada unidade principal. O controle do risco de mercado é realizado por área de Controle de Riscos do Conglomerado que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle.

Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento da comissão superior e atendimento ao órgão regulador brasileiro. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

**Valor em Risco (VaR)** - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que

estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress - é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

As operações de atividade do banco comercial e as posições estratégicas são gerenciadas utilizando-se medidas do risco econômico e simulações das exposições contábeis. As operações direcionais (operações destinadas a buscar as melhores alternativas no mercado, visando aproveitar imperfeições na formação de preços e taxas em relação às expectativas da instituição), executadas pelas mesas proprietárias, são controladas principalmente pelas medidas de VaR Stress e limites de prevenção de perdas.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos.

**Sensibilidade da carteira à variação dos fatores de risco de mercado** - Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques baseados em cenários divulgados pela BM&F e definidos pela Tesouraria, sendo utilizados quatro cenários: alta e baixa 3 para taxas prefixadas e 10% e -10% para câmbio. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão em cenários extremos.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, a análise foi aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições terão impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com as orientações do BACEN e os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.

**II - Risco de Crédito**  
 É o risco de um devedor ou tomador deixar de cumprir com as obrigações financeiras de qualquer contrato com a organização, ou de outra forma, deixar de cumprir o que foi acordado.

A gestão do Conglomerado Financeiro é feita tendo como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco. Estabeleceu-se uma política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes e a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e exterior, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, aumento/redução do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios. No atacado, as diversas comissões se subordinam ao Comitê de Gestão de Risco, responsável pela gestão do risco de crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Conglomerado Financeiro determina nível de provisões adequadas ao risco incorrido em cada operação através de análises que levam em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, classificação da operação e condição do atraso da operação.

O cálculo de capital regulatório do conglomerado, para as carteiras de crédito, é realizado observando-se o critério padrão estabelecido na Circular 3.360, de 12.09.2007.

**III - Risco Operacional**  
 É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29/06/2006, do CMN, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a normatização do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Básica.

**IV - Risco de Liquidez**  
 É o risco da instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de desassentamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/O-0

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e aos Administradores do

**Banco Rendimento S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras** - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

São Paulo, 12 de março de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**

 Auditores Independentes S.S.  
 CRC 2SP015199/O-6

**Eduardo Wellichen**

 Contador  
 CRC-1SP184050/O-6

**VIAJE PELO MUNDO COM OS BENEFÍCIOS DE UM CLIENTE PLATINUM.**

**Cartão Rendimento Visa TravelMoney Platinum<sup>1</sup>. O 1º Pré-Pago Platinum das Américas.**

**BENEFÍCIOS PLATINUM - VIAGEM<sup>2</sup>**

- Visa Concierge<sup>3</sup>;
- Visa Luxury Hotel Collection<sup>3</sup>;


**BENEFÍCIOS PLATINUM - COMPRAS<sup>2</sup>**

- Seguro de Garantia Estendida<sup>3</sup>
- Seguro de Proteção de Compra<sup>3</sup>
- Seguro de Proteção de Preço<sup>3</sup>



- Economia de **6% de IOF** em relação ao cartão de crédito

 ACESSE NOSSO SITE E ENCONTRE A FILIAL MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ OU SE PREFERIR UTILIZE O SERVIÇO DELIVERY.<sup>4</sup>
**4002 1010**
[www.cotacao.com.br/platinum](http://www.cotacao.com.br/platinum)
[@cotacaocambio](https://www.facebook.com/cotacao) | [facebook.com/cotacao](https://www.facebook.com/cotacao)

**COTACAO**  
 Empresa do Grupo Rendimento

 Ouvidoria do Grupo Rendimento - [ouvidoria@rendimento.com.br](mailto:ouvidoria@rendimento.com.br) - 0800 722 0132 (das 9h às 18h, dias úteis).

<sup>1</sup> Consulte as condições para a aquisição deste produto. <sup>2</sup> Os seguros e benefícios são fornecidos diretamente pela Visa.

<sup>3</sup> Para informações mais completas dos seguros e benefícios consulte nosso site. <sup>4</sup> Consulte condições.